

Prevenção a catástrofes deve ser uma prioridade nacional

Especialistas ouvidos ontem pelo Senado advertiram que o Brasil precisa dar prioridade à prevenção de desastres

naturais. Segundo eles, o país falha não só na prevenção, mas também no socorro às vítimas após as catástrofes. **5**



Subcomissão Temporária sobre Defesa Civil é presidida por Jorge Viana (2º à direita) e tem Casildo Maldaner (D) como relator

Gerardo Magela/Senado Federal

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.468 – Brasília, quinta-feira, 16 de junho de 2011



Norte e Nordeste pedem redivisão das riquezas

Governadores e senadores das regiões mais pobres trazem reivindicações ao Congresso Nacional, entre elas uma distribuição dos *royalties* do pré-sal que beneficie a todos

Os governadores e senadores das duas regiões menos desenvolvidas do país trouxeram ontem ao Senado uma pauta de reivindicações para aumentar a participação do Norte e Nordeste na riqueza nacional. O manifesto entregue ao presidente José Sarney pede compensações para o fim da chamada guerra fiscal e uma repartição mais justa dos *royalties* do pré-sal. **2**



Sarney com os governadores dos estados do Norte e do Nordeste, que querem compensações para o fim da guerra fiscal

Jane Araújo/Senado Federal

Certidão incentiva respeito à lei trabalhista **3**

Aprovado sistema de suporte aos autistas **3**

Comissão regulamenta profissão de taxista **4**

Cinco comissões promovem debate sobre lei para TV por assinatura **7**



Senadores Delcídio (E) e Lúcia Vânia (C) ouvem representantes do setor em audiência da CAE e CI

Ano Valpe/Senado Federal

Setor elétrico aponta fim de contratos e tarifas altas como maiores problemas

Representantes de produtores e grandes consumidores de energia elétrica apontaram insegurança jurídica e preços

altos nas tarifas de energia como dois dos principais problemas do setor, em audiência conjunta da CAE e CI. **8**

Saída para melhorar ensino superior está na base, alertam especialistas

Participantes de debate na Comissão de Educação são unânimes em afirmar que o ensino superior só vai melho-

rar no país depois que o nível do ensino fundamental público subir. Eles reivindicaram 10% do PIB para o setor. **6**



Senadora Ana Amélia (3ª à esq.) com os debatedores na CE: para especialistas, gargalo do nível superior está na educação básica e país corre o risco de sofrer um apagão de capital humano

Gerardo Magela/Senado Federal

Ibama assegura que licença para Belo Monte tem todas as garantias **5**

Governadores das duas regiões entregaram a Carta de Brasília ao presidente do Senado. Eles reivindicam medidas para compensar a redução do ICMS, vetada pelo Supremo, utilizada por estados e municípios para atrair empresas

Governadores do Nordeste e do Norte pedem medidas compensatórias

GOVERNADORES E SENADORES do Norte e do Nordeste apresentaram ao presidente do Senado, José Sarney, uma série de reivindicações para aumentar a participação das regiões na renda nacional. As demandas vão de compensações para o fim dos benefícios conhecidos como guerra fiscal a uma repartição mais justa dos *royalties* do pré-sal.

Os portadores da Carta de Brasília, entregue pouco antes à presidente Dilma Rousseff, querem a adoção de medidas que garantam a permanência dos investimentos no Norte e no Nordeste, agora que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais as leis de seis estados e do Distrito Federal que reduziram o ICMS para a instalação de empresas. Para o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), a decisão do STF beneficiará o Sul e o Sudeste.



Senadores e governadores reunidos no gabinete de Sarney, que defende repartição igualitária dos *royalties* do pré-sal

– É preciso dar ao Nordeste a condição de preservar os incentivos que foram dados às empresas que lá estão instaladas ou elas vão voltar para o Sul – disse.

Sarney salientou a importância da mobilização.

– Que a gente possa colocar o Nordeste e o Norte na pauta

nacional, porque quase desaparece a discussão sobre essas regiões – defendeu.

José Pimentel (PT-CE) disse que Sarney pretende criar um grupo, nos moldes da Comissão de Reforma Política, para tratar das demandas dos estados.

– Eu diria que é uma reestruc-

turação do pacto federativo brasileiro – disse Pimentel, informando que Sarney e os líderes partidários se comprometeram a votar, até 13 de julho, o veto do ex-presidente Lula à proposta de divisão dos *royalties* do pré-sal entre todos os estados e municípios.

Proposta busca acordo sobre *royalties* do petróleo

O impasse em torno da partilha dos *royalties* da exploração do petróleo pode estar a caminho de ser superado. Governadores e senadores do Norte e do Nordeste reuniram-se ontem para pautar o exame pelo Congresso, em julho, do veto presidencial à emenda que trata da divisão igualitária entre todos os estados.

Na reunião, foi decidido que, antes da votação, será buscado um acordo com os governadores dos estados produtores em torno da proposta do senador Wellington Dias (PT-PI) e do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), já encaminhada pelos governadores.

O apelo para a superação do conflito será manter os repasses

de dois dos estados produtores, Rio de Janeiro e Espírito Santo, pela média dos últimos cinco anos, o que significa, em 2011, um montante ao redor de R\$ 9 bilhões.

Do restante da receita, cerca de R\$ 16 bilhões em 2011, uma fatia de 40% (R\$ 6,4 bilhões) ficaria com a União.

PROPOSTA FICA PRONTA ATÉ DIA 13, DIZ WELLINGTON



Wellington Dias (PT-PI) explicou que um acordo está sendo costurado com os estados produtores. A proposta, dos governadores de Pernambuco, Eduardo Campos, e de Sergipe, Marcelo Déda, deve ficar pronta até 13 de julho.

– Precisamos verificar uma solução que possa contemplar esta equação. Ou apreciamos o veto ou encontramos uma proposta que atenda a todos, para que não haja desequilíbrios nas finanças dos estados produtores, mas também atenda os estados ditos não produtores.

WALTER PINHEIRO DIZ QUE POPULAÇÃO TEM INTERESSE



Walter Pinheiro (PT-BA) comentou o encontro dos governadores do Norte e do Nordeste com José Sarney, informando que

o presidente do Senado definiu o prazo de uma semana para a Casa examinar matérias de interesse dos estados daquelas regiões e para a criação de uma comissão para tratar da questão dos *royalties* "com o rigor que merece, mas principalmente com a celeridade que exige". Mais do que atender aos governadores, disse Pinheiro, os projetos atendem aos interesses da população dos estados.

VALADARES PROPÕE DIVIDIR ROYALTIES ENTRE TODOS



Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a distribuição de *royalties* do pré-sal entre todos os estados e sua aplicação prioritária em educação e saúde. Para ele, os produtores devem receber proporção maior, mas não tão elevada. Em 2010, de R\$ 21,6 bilhões, o Rio de Janeiro ficou com R\$ 9,7 bilhões, quase 50% do total.

– Todos os [outros] estados do Brasil receberam R\$ 600 milhões. Todos os municípios ficaram com R\$ 800 milhões. Mas o município de Campos, sozinho, arrecadou R\$ 1,1 bilhão – comparou.

PARA ARMANDO MONTEIRO, REUNIÃO FOI MEMORÁVEL



Armando Monteiro (PTB-PE) classificou como memorável o encontro de governadores com o presidente Sarney. Para ele, o petróleo da camada pré-sal é um patrimônio da nação e há espaço para negociação em torno da divisão dos *royalties*. "É necessária uma distribuição mais adequada dessa receita", afirmou. Armando defendeu também que, na discussão da reforma tributária, ponto também destacado no encontro, é preciso levar em conta os interesses dos estados menos desenvolvidos.

tróleo da camada pré-sal é um patrimônio da nação e há espaço para negociação em torno da divisão dos *royalties*. "É necessária uma distribuição mais adequada dessa receita", afirmou. Armando defendeu também que, na discussão da reforma tributária, ponto também destacado no encontro, é preciso levar em conta os interesses dos estados menos desenvolvidos.

tróleo da camada pré-sal é um patrimônio da nação e há espaço para negociação em torno da divisão dos *royalties*. "É necessária uma distribuição mais adequada dessa receita", afirmou. Armando defendeu também que, na discussão da reforma tributária, ponto também destacado no encontro, é preciso levar em conta os interesses dos estados menos desenvolvidos.

AGRIPINO QUER DERRUBAR VETO E BUSCAR ACORDO



Agripino Maia (DEM-RN) defendeu a derrubada do veto de Lula à distribuição dos *royalties*. Ele considerou

apropriada a fixação de um prazo – 13 de julho – para uma negociação entre parlamentares e governadores. O líder do DEM assinala que, assim, haveria um entendimento entre todos os estados "de modo que não houvesse vencido e nem vencedores, mas a partilha dessa riqueza nacional pelos entes que precisamos, os estados e municípios mais pobres".

INÁCIO ARRUDA: INCENTIVO PARA NORTE E NORDESTE



Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a continuidade dos benefícios fiscais oferecidos por alguns estados do Nordeste

e do Norte como incentivo à instalação de empresas nessas regiões e à continuidade do seu processo de desenvolvimento.

O senador se referiu à decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais as leis de seis estados e do DF concedendo benefícios relativos ao ICMS. Para ele, a decisão não é adequada para os estados das regiões mais pobres do país.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h40 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Ampliação do Simples Nacional

14h Votação do projeto de lei que altera o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa para incluir, no regime de tributação especial estabelecido pelo Simples Nacional, atividades como serviços prestados por médicos, dentistas, psicólogos, fonoaudiólogos, veterinários, engenheiros, arquitetos e outras categorias profissionais. O projeto tramita em regime de urgência.

Presidência Minha Casa, Minha Vida

9h30 Reunião da Mesa do Senado. Às 11h, cerimônia de lançamento da segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida, no Palácio do Planalto. Às 16h, José Sarney preside a ordem do dia. Às 17h, recebe o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

CRA Regulamento para agrotóxicos

8h30 A Comissão de Reforma Agrária examina projeto que disciplina o registro de agrotóxicos e produtos similares utilizados na produção agropecuária.

CDH Poesia e direitos humanos

9h Audiência da Comissão de Direitos Humanos sobre a relação entre poesia e direitos humanos. Participa, entre outros, o poeta Thiago de Mello

CI Política para o clima

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura discute projeto que institui a Política Nacional de Mudança do Clima.

CE/CCT/CCJ/CAE/CMA TV por assinatura

9h Reunião conjunta das comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Meio Ambiente para debater projeto que abre o mercado de TV por assinatura às empresas de telefonia e fixa cotas de conteúdo nacional na programação das emissoras.

CRE Indicações para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa as indicações de novos embaixadores para Antígua e Barbuda, Congo, Nepal e Serra Leoa.

CAS Pauta de requerimentos

11h30 A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência se reúne para deliberar sobre requerimentos.

SESSÕES ON-LINE: Confira a integral das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Wellington, Paim e Cristovam participaram em abril de ato em favor dos autistas

Sistema nacional vai melhorar atendimento à pessoa autista

A criação de um sistema nacional integrado de atendimento à pessoa autista foi aprovada ontem pelo Plenário e enviada para análise da Câmara dos Deputados. O PLS 168/11 estabelece os direitos fundamentais da pessoa autista e equipara o portador desse distúrbio à pessoa com deficiência, além de criar um cadastro único dos autistas, com a finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre o problema.

O sistema nacional a ser criado deverá articular os organismos municipais, estaduais e federais

nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho, transporte e habitação, com vistas à coordenação de políticas e ações assistenciais.

Para a relatora, Ana Rita (PT-ES), o autismo passa a ser considerado um problema de saúde, o que vai permitir aos autistas a expansão do acesso aos serviços de saúde, democratizando os atendimentos médicos.

– Esperamos que os profissionais de saúde possam ser preparados para poder identificar as pessoas que têm o problema do autismo – disse a senadora.



Para Mozarildo, medida pode ajudar os municípios mais distantes

Mozarildo defende a carreira de médico de estado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem a criação da carreira de médico de estado como solução para a falta de profissionais de saúde nos municípios mais distantes. O senador chamou a atenção dos parlamentares para duas propostas em tramitação no Congresso Nacional: a PEC 34/11, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e a PEC 454/09, dos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Eleusio Paiva (DEM-SP). Ambas criam a carreira única de médico de estado para atender o sistema público de saúde.

Santiago pede atenção à saúde nas áreas pobres

Wilson Santiago (PMDB-PB) pediu ao Ministério da Saúde e ao Senado maior atenção à saúde pública, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O senador apontou superlotação dos hospitais públicos, com pacientes à espera de atendimento, em um país que, em contraste, é a sétima maior economia do mundo.

– É terrível vermos seres humanos em situação tão indigna e humilhante, no chão, em macas improvisadas, com mal-estar e dores, buscando apenas permanecer vivos – lamentou.



Santiago: "É terrível vermos seres humanos em situação tão indigna"

Empresas que não comprovarem a inexistência de dívidas junto à Justiça do Trabalho não poderão participar de licitações promovidas pela administração pública

Aprovada certidão negativa de débitos trabalhistas

SEGUE PARA SANÇÃO presidencial o projeto que cria a certidão negativa de débitos trabalhistas. O Senado aprovou ontem o texto da Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 77/02) do ex-senador Moreira Mendes. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1943.

A certidão, que poderá ser retirada de forma gratuita e ele-

trônica pelas empresas, comprovará a inexistência de débitos com a Justiça do Trabalho.

O projeto altera também a Lei das Licitações (Lei 8.666/93), tornando obrigatória a apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas para habilitação em licitações. As empresas que quiserem ser contratadas pela administração pública terão de quitar suas dívidas trabalhistas.

No entendimento dos senadores, a certidão incentivará os empregadores a se manterem em dia com as obrigações trabalhistas e servirá como instrumento de garantia ao Estado de que suas contratadas sejam empresas idôneas.

A proposta recebeu parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Senadores acreditam que novo documento estimulará as empresas a manterem seus pagamentos em dia

Criação de cargos e funções no TRT-SP segue para a sanção

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que cria 76 cargos em comissão e 1.275 funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, que tem jurisdição sobre a capital e outros municípios do estado de São Paulo. O PLC 26/11 segue agora à sanção presidencial.

De acordo com a proposição, os cargos e funções deverão ser preenchidos exclusivamente por servidores detentores de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do TRT.

De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a proposta tem como objetivo ratificar a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas decididas mediante ato administrativo, e, por isso, não resultará em aumento de despesa. A justificativa para a medida é o aumento da demanda de processos do tribunal.

No parecer que apresentou à Comissão de Constituição e Justiça, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) observou que "o Poder Judiciário deve ser dotado de condições materiais e de pessoal adequadas ao desempenho de sua função jurisdicional".

CCJ acata novas varas do Trabalho em MT

Proposta que cria seis varas na Justiça do Trabalho no interior do Mato Grosso foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para implantação das novas unidades, o projeto (PLC 32/11) prevê a criação de seis cargos de juiz do Trabalho e seis de juiz substituto, 18 de analista judiciário, 30 de técnico judiciário, seis cargos em comissão e 30 funções comissionadas.

As novas varas serão instaladas nos municípios de Alto Araguaia, Colniza, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo e Sapezal. O relator, Pedro Taques (PDT-MT), destacou o crescente aumento da demanda no estado e a necessidade de melhor atender regiões onde há ocorrência de trabalho análogo ao de escravo.

O projeto segue para o Plenário, onde será votado em regime de urgência.

CCJ adia decisão sobre fim da reeleição no Executivo

Ficou para a próxima semana a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), das propostas relativas à reforma política, como a que acaba com a reeleição de presidente, governadores e prefeitos (PEC 39/11) e a que aumenta os mandatos desses cargos para cinco anos (PEC 38/11).

O adiamento ocorreu porque vários senadores da comissão tiveram que se ausentar para participar de reunião entre uma delegação de governadores das regiões Norte e Nordeste e o presidente do Senado, José Sarney. Eles vieram a Brasília para tratar de recursos para seus estados.

Para CCJ, projeto autorizativo é inconstitucional

Projetos de iniciativa parlamentar que visam autorizar o presidente da República a praticar atos de sua competência – criar uma universidade ou uma zona de processamento de exportações (ZPE), por exemplo, – são inconstitucionais. Esse é o entendimento adotado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em resposta a consulta feita pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Conforme o relator da consulta, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o Regimento do Senado não prevê instrumento que permita ao parlamentar sugerir ao Executivo a adoção de providência ou ato administrativo de sua iniciativa exclusiva. Ele informa que, para sanar essa lacuna, tramita na Casa o PRS 74/09, que cria a possibilidade de envio de sugestão a outro Poder, por meio de requerimento.

Substitutivo de Randolfe Rodrigues a este projeto foi aprovado em abril na Comissão de Justiça e seguiu para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

Ao elogiar o relatório do senador do PSOL à consulta da Comissão de Educação, Demóstenes Torres (DEM-GO), disse que "projeto autorizativo é demagogia, é autorizar o presidente da República a fazer o que a Constituição já o autoriza".

Eunício Oliveira, relator, esclarece que abriu mão de projeto semelhante de sua iniciativa para que a medida possa entrar em vigor no menor tempo possível



José Cruz/Senado Federal

CCJ aprova regulamentação da profissão de taxista

Projeto, que vai agora à CAS para decisão terminativa, inclui entre as exigências para exercício da profissão cursos de relações humanas e de direção defensiva

PROJETO DE LEI da Câmara que regulamenta a profissão de taxista foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

A proposta considera atividade de privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo próprio ou de terceiros para o transporte público individual remunerado de passageiros, com capacidade de, no máximo, sete pessoas.

No parecer sobre o projeto (PLC 27/11), o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse ser autor de proposta semelhante, já aprovada pelo Senado, mas que decidiu acolher o texto da Câmara, sem modificações, para

que siga rapidamente ao exame da CAS e possa ser sancionado e entrar em vigor no menor tempo possível.

Conforme a proposta, a atividade será exercida por profissional que atenda, entre outras, às seguintes condições: ter habilitação para conduzir veículo em uma das categorias B, C, D ou E; ter curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida; e ter certificação específica para exercer a profissão, emitida por órgão competente.

O texto classifica os taxistas como:

– Autônomo: motorista com autorização para prestar, por

conta própria, serviço de transporte público individual remunerado de passageiros.

– Empregado: motorista que trabalha em veículo de empresa autorizada a prestar serviço de transporte público individual remunerado de passageiros.

– Auxiliar de condutor autônomo: motorista que possui certificação para exercer a atividade profissional, conforme a legislação (Lei 6.094/74).

– Locatário: motorista que aluga veículo de propriedade de pessoa jurídica titular de autorização, regido por contrato de locação.

A votação na Comissão de Justiça foi acompanhada por dirigentes de entidades que representam os taxistas.

Falta de consenso sobre situação dos bombeiros civis

Bombeiros civis e militares não chegaram a um consenso sobre a proposta em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que transforma a atual categoria de bombeiro civil em brigadista particular. Com o plenário da comissão lotado de representantes das duas categorias, oito palestrantes – quatro a favor e quatro contrários ao projeto – se revezaram no debate.

Os bombeiros militares, defensores do projeto de lei da Câmara (PLC 7/11), garantem que a mudança não trará prejuízos aos atuais bombeiros civis, mas apenas um maior esclarecimento quanto à atuação de cada categoria.

Já os bombeiros civis acreditam que os prejuízos serão

enormes, a começar pelo fim do adicional de periculosidade de 30% nos vencimentos mensais, que está ligado à denominação “bombeiro”, bem como a possibilidade de fechamento de postos de trabalho em todo o Brasil.

A decisão da CAS sobre o PLC 7/11 é terminativa, podendo ir à sanção se aprovado. Pela proposta, a expressão “bombeiro” passa a ser denominação exclusiva dos profissionais das forças de segurança pública de estados e do Distrito Federal integrados aos Corpos de Bombeiros Militares. Os atuais “bombeiros civis”, que atuam em empresas ou grupos voluntários, passam a ser identificados apenas como “brigadistas particulares”.

Lei do brigadista particular sai da pauta da CAS

O projeto de lei que muda a nomenclatura da profissão de bombeiro civil para brigadista particular precisa ser mais discutido e não deve ser aprovado em sua forma atual. Essa é a opinião dos senadores que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLC 7/11) poderá demorar, no mínimo, um mês para voltar à pauta da comissão, afirmou o presidente da comissão, Jayme Campos (DEM-MT), que também é relator da matéria. Ele já havia elaborado relatório pela aprovação do projeto, mas, diante dos argumentos apresentados no debate, decidiu estudar melhor o assunto.



Felipe Barra/Senado Federal

O senador Jayme Campos (C) coordena a audiência na Comissão de Assuntos Sociais: bombeiros militares não veem prejuízo na transformação dos bombeiros civis em brigadistas particulares. A mudança é rejeitada pelos atingidos, que perderiam adicional de 30%

Dois novos embaixadores são confirmados

O Plenário aprovou, em votação simbólica, o nome de Almir Franco de Sá Barbuda para o cargo de embaixador junto ao Vaticano, e cumulativamente, junto à Ordem Soberana de Malta. A indicação de Barbuda já havia sido aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na mesma sessão, também por votação simbólica, o Plenário aprovou o nome de Márcia Maro da Silva para embaixadora em Zimbábue. O nome da nova embaixadora havia sido confirmado na mesma reunião da CRE.

Senado poderá aprovar indicado a adido diplomático

O Plenário acatou ontem proposta que torna obrigatória a aprovação, pelo Senado, dos nomes escolhidos para cargos de adidos nas representações diplomáticas. O relator do projeto (PLS 153/11), Gim Argello (PTB-DF), acatou emenda substitutiva de Romero Jucá (PMDB-RR).

Pelo texto, a aprovação pelo Senado será feita previamente, por voto secreto, após arguição pública. Os autores, senadores da CRE, justificam que, “se há pouco tempo tínhamos apenas adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores exercendo missões junto às embaixadas em outras áreas, como adido agrícola, tributário, policial e de inteligência, totalizando cerca de uma centena, até onde constatamos”.

Ferraço comemora lançamento de plano para as fronteiras

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comemorou o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras. Apresentado pela presidente Dilma Rousseff no dia 8 de junho, o plano tem o objetivo de reduzir os índices de criminalidade e enfrentamento ao crime organizado nessas regiões.

– Espero que reúna não apenas o governo federal, mas



Waldemir Barrato/Senado Federal

também os estaduais e os municipais – disse.

O senador lembrou que, ao lado dos portos e aeroportos, as fronteiras são locais de entrada de drogas no país. Para ele, a

escolha do vice-presidente, Michel Temer, para coordenar as ações “representa a intensidade do compromisso do governo de melhorar a segurança nas áreas fronteiriças”.

João Pedro preside Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela



Waldemir Barrato/Senado Federal

O senador João Pedro (PT-AM) comunicou o lançamento, na Câmara dos Deputados, do Grupo Parlamentar Brasil-

Venezuela, que será por ele presidido.

João Pedro chamou a atenção para a relevância dessas organizações, que visam a contribuição dos parlamentares para o relacionamento entre dois países, notadamente no caso de Brasil e Venezuela. O senador lembrou ainda que a Venezuela é um país fronteiriço, que compõe a Pan-Amazônia e tem uma relação histórica com o Brasil.

Alvaro pede ação do Itamaraty no embargo da Rússia



Waldemir Barrato/Senado Federal

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu a intervenção do Ministério das Relações Exteriores para solucionar o

impasse entre Brasil e Rússia por causa do embargo comercial à carne e ao leite bovinos e à carne de porco.

Segundo as autoridades sanitárias russas, o Brasil não teria cumprido as exigências sanitárias impostas em 2006, depois da primeira crise por causa de casos de febre aftosa. A decisão vem impondo perdas milionárias ao setor produtivo, em especial aos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

CCJ debate lei boliviana que legaliza carros roubados

O senador Pedro Taques (PDT-MT) apresentou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) requerimento convidando os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para discutir decisão adotada pela Bolívia legalizando naquele país veículos de origem desconhecida. O requerimento

será votado na reunião da próxima semana.

Pedro Taques explica que a Bolívia aprovou a Lei 133/11, conhecida como Lei de Regulação e Saneamento Veicular, a qual, na visão do senador, “alcança carros roubados no Brasil e que são usados como moeda de troca no tráfico de entorpecentes e armas oriundos daquele país”.



Moreira Mariz/Senado Federal

Senador Flexa Ribeiro, entre Carlos Nascimento (E) e Thomaz Toledo

Ibama defende concessão de licença para Belo Monte

A concessão pelo Ibama da licença ambiental para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, foi baseada em amplo processo de discussão e num extenso projeto básico. O relato foi feito pelo coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições do órgão, Thomaz Toledo, que defendeu a decisão durante audiência pública na Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A licença para a instalação da obra foi emitida pelo Ibama em 1º de junho, após anos de polêmica entre governo, ONGs, entidades indígenas e Ministério Público.

– A emissão dessa licença veio de um amplo processo de discussão muito bem detalhado tecnicamente. O projeto básico ambiental de Belo Monte é o maior que o Ibama já avaliou e aprovou.

É um programa que envolve mais de cem projetos ambientais – explicou Toledo.

O coordenador do Ibama afirmou que o estudo e o relatório de impacto ambiental (conhecidos pelas siglas EIA e Rima) da obra são os mais modernos já realizados no Brasil. O estudo é exigido em obras de grande vulto, que têm potencial de causar impactos ambientais significativos.

Carlos Nascimento, diretor-presidente do consórcio Norte Energia, concessionário da usina, ressaltou a qualidade do projeto ambiental, que tem mais de 2,5 mil páginas, elaboradas após discussões entre o Ibama, consultores e representantes do consórcio.

– É um orgulho extraordinário para o país poder implantar um empreendimento desse levando em conta todas as condições exaustivas que foram levantadas por um grande número de engenheiros, biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos – enumerou.

Flexa pede explicações sobre pendências da concessionária

Com a licença ambiental para Belo Monte em mãos, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da subcomissão, questionou pendências citadas no documento, como os bloqueios às obras de acesso ao porto – por onde chegariam os insumos – e às linhas de transmissão de energia a ser usada na construção.

– Esses dois itens me parecem que são fundamentais e, não estando concedidos nessa licença, eu me pergunto como as obras terão início – questionou o senador, que comparou a situação a uma liberação para fazer uma viagem de ônibus sem o fornecimento da passagem.

O representante do Ibama, Thomaz Toledo explicou que a razão dos bloqueios são pendências verificadas na apresentação de documentos pela concessionária. Faltam o

projeto executivo das linhas de transmissão e a definição do traçado do acesso ao porto. Segundo ele, os bloqueios são temporários.

– São estruturas que serão liberadas à medida que a Norte Energia apresentar essas pendências formais que foram apontadas na condicionante – esclareceu Toledo, que estimou em cerca de 30 dias o prazo para a apresentação da documentação pela empresa. Ainda assim, as quatro linhas de transmissão não devem ser necessárias no início da obra porque o canteiro pioneiro será suprido por unidades geradoras.

O plano de trabalho da subcomissão prevê a realização de uma segunda audiência para tratar das questões socioambientais previstas no EIA e no Rima e da judicialização do processo de licenciamento, ainda em junho.

Conforme especialistas, aumentou em todo o mundo o número de pessoas e de atividades econômicas que estão expostas aos riscos associados ao clima

“Prevenção de desastre deve ser tratada com prioridade”

A PREVENÇÃO DE desastres deve ser uma prioridade nacional, afirmaram ontem, em audiência pública no Senado, Ricardo Mena, chefe do escritório nas Américas e Caribe da Estratégia Internacional da ONU para a Redução de Desastres, sediado no Panamá; e o major Márcio Luiz Alves, presidente do Conselho Nacional de Gestores Estaduais de Defesa Civil (Congedec).

Após ouvir os dois especialistas, o senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da Comissão Temporária das Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, concluiu que não é apenas o Brasil que está atrasado na adoção de medidas para prevenção de desastres, pois só

recentemente o mundo passou a se preocupar com a questão.

Segundo Ricardo Mena, a partir de 2005, os 168 Estados membros da ONU adotaram um plano de ações prioritárias. Estudos posteriores comprovaram que aumentou o número de pessoas e atividades econômicas expostas aos riscos associados ao clima e se constatou o vínculo entre desastres e desenvolvimento econômico.

O especialista assinalou que, ao contrário do que se acreditava, não são os grandes desastres que causam as maiores perdas econômicas, de vidas humanas e de impacto ambiental, mas sim a soma dos muitos pequenos desastres.

– São eventos de baixo im-

pacto, mas de alta frequência. É o que chamamos de risco extensivo. Os desastres de alto impacto e baixa frequência, como o terremoto ocorrido no Haiti, é o que chamamos de risco intensivo. Estamos vendo que as perdas econômicas em consequência dos desastres são cada vez maiores e é possível para um governo calcular as perdas futuras – observou.

Mena disse que estudos feitos nos Estados Unidos constataram que condados que reúnem populações mais pobres são os de maior ocorrência de mortes por desastres naturais. Ele assinalou que, em países mais pobres ou em desenvolvimento, o vínculo entre pobreza e desastres é bem maior que nos Estados Unidos.



Genaldino Magalhães/Senado Federal

Na audiência pública, Márcio Luiz Alves, Ricardo Mena e os senadores Jorge Viana, presidente da comissão, e Casildo Maldaner

ONU: verbas para gestão de riscos nas obras públicas

Ricardo Mena, chefe do escritório nas Américas e Caribe da Estratégia Internacional da ONU para Redução de Desastres, declarou ser muito importante que os orçamentos para obras públicas de infraestrutura assegurem recursos para a prevenção e gestão de riscos, que reduzam a vulnerabilidade do país.

Ele disse que o órgão sugere um marco regulatório de adoção voluntária por parte dos governos, com cinco áreas prioritárias de ação: estabelecer esse tema como prioridade nacional e garantir uma sólida base institucional de aplicação; ser capaz de identificar, avaliar e monitorar o risco de desastres e melhorar os sistemas de alerta; utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para desenvolver uma cultura de prevenção; redução dos riscos subjacentes que têm a ver com as práticas de desenvolvimento e a forma como são implementadas; e fortalecimento dos órgãos de respostas aos desastres.

Major sugere mudanças na legislação

O major Márcio Luiz Alves sugeriu mudanças na legislação, para que a Defesa Civil assumira as funções de prevenção, e não apenas a de resposta. Ele lembrou que nenhuma das leis nos vários setores – como transportes, meio ambiente e energia – contemplam ou preveem a situação de desastre ou a proteção da população.

– Não há legislação que proíba a ocupação de áreas de risco, por exemplo. É difícil pensar em retirar as pessoas que se encontram em áreas de risco, mas podemos impedir que essas áreas se ampliem – afirmou.

Alves quer mudar o nome da Defesa Civil para Proteção Civil, uma vez que o termo foi criado num contexto de guerra como força auxiliar do Exército.

Outro ponto defendido pelo major é a criação de um fundo específico para prevenção e redução do custo-desastre.

Maldaner propõe adoção do tema nos currículos

O relator na comissão temporária, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), é favorável à implantação de uma disciplina de Defesa Civil nas escolas e ao envolvimento das companhias de seguro. Ele disse que, quanto mais for investido em prevenção, menores serão os pagamentos de indenizações.

– Num primeiro momento, as companhias de seguro vão querer reclamar, mas depois vão perceber que pagarão menos indenizações – avaliou.

A comissão foi criada para propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, e então elaborar proposta para a constituição de uma força nacional de defesa, destinada a atuar especialmente em estados em que ocorram tragédias de grandes proporções.

O major Márcio Luiz Alves observou ser difícil fazer a proteção a partir de Brasília e que não é possível mais o Brasil ter apenas uma Secretaria de Defesa Civil. Para ele, é preciso algo maior e com poder de articulação junto aos demais setores envolvidos.



Senador lembra avanços da transformação do Acre em estado

Anibal Diniz comemora os 49 anos do Acre

O senador Anibal Diniz (PT-AC) lembrou o aniversário de 49 anos da transformação do território do Acre em estado. Ele fez um breve relato da história do Acre, desde sua anexação como território, em 1903, até a transformação em estado, em 1962.

– Ao olharmos para os quase 50 anos passados, sentimos um imenso orgulho dos nossos heróis, alguns da atual geração – disse.

Desde que o Acre passou à categoria de estado, muitos avanços foram feitos na criação de uma economia de base florestal sustentável, disse o senador. O PIB do estado passou de R\$ 3,3 bilhões, em 2003, para R\$ 5,7 bilhões em 2007.

Para Jorge Viana, estado tem economia verde

O senador Jorge Viana (PT-AC) registrou que a partir da perda do sindicalista Chico Mendes, assassinado em 1988, que colocou o Acre nas “páginas policiais”, o estado “resolveu mudar a sua história e viver uma fase de prosperidade”.

Governador do Acre a partir de 1999, o senador disse, em homenagem aos 49 anos do estado, que teve o privilégio de “ser um dos sujeitos deste processo”.

– O Acre hoje é o espaço onde estamos implementando o novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado em uma economia de baixo carbono, uma economia verde e de alta inclusão social.



Senador destaca inclusão social no modelo de desenvolvimento do Acre

Conclusão unânime é dos participantes de debate na Comissão de Educação, que também reivindicaram a reserva de 10% dos recursos públicos para o setor

Universidade só melhora se país fortalecer ensino básico

REUNIDOS PARA DISCUTIR o futuro do ensino superior, os participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) concordaram em um ponto: para que o país tenha melhores faculdades e universidades, precisa fortalecer o ensino básico. Ao debater as metas do 2º Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em discussão na Câmara, eles defenderam ainda a ampliação dos investimentos gerais em educação no país, de 7% para 10% do produto interno bruto (PIB), até 2020.

– O grande gargalo do ensino superior está no ensino básico. Nós corremos o risco de sofrer um apagão de capital humano e precisamos estabelecer um projeto para o Brasil para os próximos 50 anos – afirmou o professor Isaac Roitman, membro da Academia Brasileira de Ciências, para quem o país precisa estabelecer políticas públicas para a educação desde a faixa de zero a três anos de idade.

Sugestões

O presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), Paulo Speller, apresentou três

sugestões para o debate do PNE. A primeira é o investimento na qualidade da educação básica, para que se possa cumprir a meta número 12 do plano, segundo a qual a educação superior deveria alcançar 33% da população de 18 a 24 anos até o final da década. A segunda é a reivindicação de 10% do PIB para o setor. E a terceira, a transformação da educação em “política prioritária do Estado”.

O índice de 10% do PIB para a educação também foi defendido por Celso Frauches, consultor educacional da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior. Em sua opinião, o obstáculo para a expansão do ensino superior no país não é a falta de vagas. No ano passado, relatou, havia 40 mil vagas ociosas nas universidades públicas e 1,5 milhão nas instituições privadas.

– Os problemas estão na formação básica dos alunos e, no caso do ensino privado, na falta de capacidade de pagamento das mensalidades – disse Frauches, que defendeu a adoção pelo país de um sistema único de educação básica, nos mesmos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim como os demais expositores, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Alvaro Prata, pediu 10% do PIB para a educação e manifestou sua preocupação com o ensino básico. Além disso, ele criticou a forte concentração de alunos do ensino superior em apenas três cursos: Administração, Direito e Pedagogia. O reitor pediu maior ênfase na ampliação da competitividade tecnológica do país.

Patentes

O aumento dos investimentos em ciência e tecnologia foi também defendido pela presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, Elisângela Lizardo, como forma de ampliar a possibilidade de produção de riqueza no Brasil. Atualmente, como observou, o país produz apenas 2% das patentes mundiais.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião, ressaltou a coincidência dos participantes da audiência em relação à “constatação grave sobre o gargalo do ensino básico”. Por sua vez, a senadora Ana Rita (PT-ES) demonstrou preocupação com a deficiência de professores nas universidades públicas.



Ana Amélia (3ª à esq.) mediu o debate ontem na CE: cobrança de políticas públicas mais claras para a educação

Ângela defende revisão de critérios do PAC

Ângela Portela (PT-RR) pediu a mudança do critério usado para enquadrar capitais no Programa de Aceleração do Crescimento da Mobilidade Urbana. Objetivo é incluir também as nove que têm menos de 700 mil habitantes.



Waldeir Barreto/Senado Federal

Jucá destaca lançamento do Minha Casa 2

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou o lançamento hoje, pela presidente Dilma Rousseff, da segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida, com previsão de construção de 2 milhões de residências. A primeira versão do Minha Casa, Minha Vida, lançada em 2009, tinha a meta de construir 1 milhão de moradias.

Jayme Campos pede extensão da Transpantaneira

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu a federalização da Rodovia Transpantaneira (MT-060) e o prolongamento de seu traçado até Corumbá (MS). A estrada, disse, tem ajudado a desvendar o Pantanal para o mundo.



Waldeir Barreto/Senado Federal

Geovani: PEC para servidores de ex-territórios

Geovani Borges (PMDB-AP) pediu apoio à proposta de emenda à Constituição que regulariza a situação dos servidores dos ex-territórios do Amapá, Roraima e Rondônia (PEC 55/11). O projeto do senador tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Waldeir Barreto/Senado Federal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro*
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • José Sarney • José Pimentel • Benedito de Lira • Flexa Ribeiro • João Vicente Claudino

*Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cíntia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Walter Pinheiro: sociedade tem direito de conhecer sua história

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, afirmou que o projeto (PLC 41/10) que regula o acesso a documentos oficiais sofreu muitas modificações e que o ideal seria a retomada do texto original. A declaração foi dada após visita ao presidente do Senado, José Sarney, na terça-feira.

O projeto original prevê que a classificação de sigilo seja renovada indefinidamente. Já

o texto que tramita no Senado sofreu emenda que limita o prazo de 25 anos para os documentos ultrassecretos, com possibilidade de apenas uma renovação por igual período.

Para o relator do projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Walter Pinheiro (PT-BA), a sociedade tem o direito de conhecer a história do país e a sua divulgação aumenta a transparência das ações do poder público, além de corrigir injustiças.

Delcídio: bancada ainda não chegou a um consenso



A bancada do PT ainda não chegou a um consenso sobre o sigilo de documentos oficiais, afirmou Delcídio do Amaral (PT-MS). Segundo o senador, há órgãos da imprensa noticiando que o partido já teria fechado questão sobre o assunto.

– Ainda estamos debatendo e analisando – explicou.

Segundo Delcídio, o PLC 41/10, tramitando atualmente na CRE, “não prevê sigilos eternos, e sim a prorrogação do prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do país, observado o prazo previsto de 25 anos em cada renovação”.

Suplicy pede transparência em lei de acesso

O Brasil precisa de uma norma mais completa e moderna sobre o acesso a informações públicas, defendeu ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O projeto (PLC 41/10) que trata do acesso a informações produzidas ou tuteladas pelos órgãos públicos é importante para o aperfeiçoamento da democracia. Suplicy sugeriu que os ex-presidentes da República sejam ouvidos sobre o assunto.

Para Suplicy, processos sistemáticos e transparentes para a classificação das informações sigilosas devem facilitar o acesso do cidadão. Países como Estados Unidos, Canadá, França, Noruega, Argentina e México têm leis semelhantes, que “consagram a transparência e a ideia de que a informação pertence ao cidadão”, disse.



Sarney defende possibilidade de sigilo eterno em documentos

O presidente do Senado, José Sarney, declarou ontem, em nota oficial, que deseja manter a íntegra do PLC 41/10. Segundo a nota, Sarney entende que o projeto foi “desvirtuado por emendas que suprimiram partes importantes do texto original”. Um dos temas mais polêmicos trata do chamado sigilo eterno.

No projeto original, não há previsão de limite na possibilidade de renovação do caráter sigiloso de um docu-

mento oficial. Já no texto do Senado, uma emenda prevê a possibilidade de apenas uma renovação.

Sarney pediu a manutenção do inciso do artigo 30 que prorroga o sigilo de informação ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do país.

Cinco comissões promovem audiência pública que terá a participação, por videoconferência, de especialistas e parlamentares de várias assembleias legislativas

Debate conjunto sobre nova lei para TV por assinatura

COM A PARTICIPAÇÃO, em videoconferência, de especialistas e parlamentares de várias assembleias legislativas, será realizada hoje, no auditório do Interlegis, audiência pública conjunta de cinco comissões do Senado para analisar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10, que regulamenta o mercado de TV por assinatura.

O projeto define a possibilidade de participação das empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura e fixa cotas de conteúdo nacional na programação das emissoras. De acordo com o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a proposta é fundamental para a ampliação da infraestrutura de telecomunicações, sobretudo do suporte à banda larga.

O projeto é do deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC) e tem como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – primeira a analisá-lo – o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Além da CCT e da CCJ, participarão senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Educação, Cultura e Esporte (CE); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A audiência pública será dividida em dois painéis. Do primeiro participarão Manoel Rangel, diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine); João Carlos Saad, presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra); Luciana Ferri Sobrosa de Mello, diretora jurídica da HBO; Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli, da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura; e Francisco Mistrorigo, vice-presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de TV.

O segundo painel trará Ara Apkár Minassian, da Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel); Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Alexandre Annenberg, presidente executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura; e Eduardo Levy Cardoso Moreira, da Associação Brasileira de Telecomunicações.



Ivo Cassol (E) e Eduardo Braga: CCT autorizou concessões em 11 estados

CCT aprova 22 concessões de emissoras de rádio e TV

A CCT aprovou ontem 22 concessões para a exploração de serviços de radiodifusão em diversos estados brasileiros. Os senadores votaram as proposições em caráter terminativo.

O presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), informou que os relatores desses projetos foram escolhidos antes da aprovação pela comissão do Ato Normativo 1/11.

Esse ato impede que projetos de outorga e renovação de concessão de funcionamento de rádios e TVs sejam relatados por senador eleito pelo mesmo estado na qual a emissora funcionará.

– Esses projetos estavam

todos distribuídos anteriormente à aprovação do ato, portanto, são absolutamente legítimos os relatórios aqui apresentados – afirmou.

As concessões aprovadas abrangem emissoras nas cidades de Alcântara (MA), São Luís (MA), Belágua (MA), Santa Inês (MA), Tefé (AM), Miguel Alves (PI), Paulistana (PI), Caldas Novas (GO), Gameleira de Goiás (GO), Santa Rita do Novo Destino (GO), Araguaçapaz (GO), Terezópolis de Goiás (GO), Itabira (MG), Itamonte (MG), Manhuaçu (MG), Rio Branco (AC), Porto Alegre (RS), Bom Jesus da Lapa (BA), João Pessoa (PB), Vitória (ES) e Nova Friburgo (RJ).

Apoios à PEC do diploma para jornalistas

Senadores defenderam ontem em Plenário a votação da proposta de emenda à Constituição que restabelece a obrigatoriedade do diploma de curso superior em Jornalismo para o exercício da profissão. A PEC 33/09, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em dezembro de 2009.

O senador João Pedro (PT-AM) lembrou que há dois anos o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Ele ressaltou o fato de que a iniciativa de restabe-



PEC de Antonio Carlos Valadares foi aprovada pela CCJ no ano passado

lecer a obrigatoriedade partiu do próprio Senado e considerou justa a mobilização da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) pela aprovação da PEC 33/09. Os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Paulo Davim (PV-RN) e Humberto Costa (PT-PE) também manifestaram apoio à PEC.

Mudança no rito das MPs avança, afirma presidente

A mudança no rito das medidas provisórias está avançando, afirmou o senador José Sarney. Ele se reuniu com o presidente da Câmara, Marco Maia, para discutir a proposta de emenda à Constituição que muda a forma de tramitação das medidas provisórias e garante mais tempo para o Senado examinar esse tipo de matéria.

– Estamos justamente discutindo os prazos e isso já é um avanço nas MPs – explicou Sarney.

No encontro, Marco Maia disse que concorda que os senadores não podem mais votar as medidas provisórias às pressas, por isso vai buscar o apoio dos deputados para uma proposta consensual.

Paulo Davim diz que sistema prisional envergonha a nação

O senador Paulo Davim (PV-RN) manifestou sua preocupação com o sistema prisional brasileiro, que considera uma vergonha para a nação. Entre os problemas das prisões, o parlamentar menciona instalações precárias, falta de higiene e indefinição jurídica dos réus.

– O sistema prisional brasileiro não confere materialidade ao mandamento expresso pela Organização das Nações Unidas, tampouco respeita o que está fixado na Lei de Execuções Penais – afirmou.



Paim destaca emenda à LDO para dar reajuste anual a aposentados

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem as emendas que apresentou à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, em comissões, na bancada estadual e na própria Comissão Mista de Orçamento (CMO). Como a mais importante, o senador citou a que prevê um reajuste anual a aposentados e pensionistas, assegurando a essas parcelas da população aumentos maiores do que apenas o índice de inflação, mas acompanhando o crescimento do PIB. Outra emenda mantém os restos a pagar durante a vigência dos contratos e convênios da União com municípios, assegurando prazo mínimo de 12 meses para que as obras ou projetos tenham início.

Dornelles defende mudanças na atuação do Cade



O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) alertou para a possibilidade de o governo e suas lideranças na Câmara barrarem as modificações feitas pelo Senado, mediante acordo, em projeto de lei (PLC 6/09) que agiliza o funcionamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

– Isso constitui séria ameaça às negociações feitas no Senado e ao patrimônio de confiança institucional que o Senado e o Poder Executivo lograram construir – disse, ao pedir às lideranças governistas e ao Executivo que cumpram o acordo e aprovem a matéria na Câmara com as modificações feitas pelo Senado.

Renan propõe trocar índice da dívida dos estados



Renan Calheiros (PMDB-AL) propôs a renegociação dos parâmetros da dívida dos estados

com a União. Segundo disse, o atual indexador (IGP-DI) é incompatível com a realidade do Brasil e a capacidade de pagamento dos estados.

Projeto (PLS 333/11) do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) propõe a substituição do IGP-DI pelo IPCA, acrescido de 2% de juros. Essa alteração, explicou Renan, dispensa o refinanciamento da dívida, o que poderia impactar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A bancada do PMDB em peso, disse o senador, apoia essa iniciativa para evitar a asfixia dos estados.

Humberto destaca risco Brasil abaixo do americano



Humberto Costa (PT-PE) comemorou ontem o anúncio de que o risco Brasil apresentou, pela primeira vez, um índice menor que o dos Estados Unidos. Ele assinalou que todas as transações feitas pelo governo e por empresas brasileiras pagaram juros menores do que os cobrados do governo e das empresas norte-americanas.

– À parte o fato desse marco histórico significativo, o que se sobrepõe é a boa condução econômica e financeira que nosso país vem tendo nos últimos anos, atravessando situações e circunstâncias muito diferentes das vividas antes dos dois mandatos do presidente Lula – afirmou.

Representante dos grandes consumidores afirma em audiência pública que a tarifa de energia elétrica é uma das mais caras do mundo e penaliza a indústria nacional

Setor elétrico sofre com alto preço e insegurança jurídica

INSEGURANÇA JURÍDICA E preços altos nas tarifas de energia foram apontados ontem como maiores problemas por representantes de produtores e grandes consumidores em debate sobre a possível renovação das concessões públicas para geração, transmissão e distribuição de energia hidrelétrica, que expiram em 2015.

A audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), conduzida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CI, contou com a participação do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE, e outros senadores.

A consultora do escritório de advocacia Sergio Bermudes, Elena Landau, antecipou avaliação também defendida pelos outros três palestrantes: o país precisa definir se e como as concessões públicas de energia serão renovadas, buscando tarifas módicas, mas sem comprometer a expansão do setor elétrico e o desenvolvimento do país.

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa, afirmou que a tarifa industrial de energia do país é das mais caras do mundo e penaliza a indústria nacional, e que o Brasil perde competitividade na sua produção.

ção. “Devemos garantir energia para o desenvolvimento, mas com eficiência e modicidade”, declarou.

Prejuízos

Já o presidente do conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Otávio Carneiro de Rezende, observou que a insegurança jurídica prejudica o setor elétrico e a produção industrial. “Não só as grandes indústrias precisam de previsibilidade no preço da energia; o comércio, as pequenas indústrias e os produtores pecuaristas também”, assinalou.

O presidente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), Mauro Guilherme Jardim Arce, disse que a não definição acerca do tema está impedindo empresas como a Cesp, cuja concessão vence em 2015, de comercializarem energia a longo prazo.

Delcídio do Amaral afirmou que a caducidade das concessões está preocupando as empresas do setor e que o Brasil precisa encontrar uma nova proposta para a questão. Ele destacou que o Senado vai continuar debatendo o assunto e que os próximos convidados para audiências serão representantes de entidades governamentais. Para Delcídio, o Brasil precisa buscar bons serviços e tarifas baratas e competitivas.

Ele afirmou ser imprescindível para o país ter segurança energética.

Lúcia Vânia acrescentou que os senadores vão ouvir em breve representantes da Eletrobras, da Agência Nacional de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Ministério da Fazenda. Ela também concordou que a definição do modelo de renovação dessas concessões é urgente.

Blairo Maggi (PR-MT) ressaltou que vários outros debates e audiências ainda terão de ser realizados para que os senadores consigam equalizar uma solução sobre o assunto. Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que o Brasil precisa de energia farta e barata, não só para atender às demandas da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016, mas também para manter as atividades produtivas rotineiras de todo o país. Eduardo Braga (PMDB-AM) alertou para o fato de que a “insegurança jurídica impede que o setor privado faça investimentos de logo prazo”, comprometendo o desenvolvimento nacional.

Também participaram da audiência pública, entre outros, os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Ana Amélia (PP-RS), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e José Pimentel (PT-CE).



Senadora Lúcia Vânia (C), ao lado do senador Delcídio do Amaral (E), preside audiência pública conjunta da CI e da CAE

Tesouro: arrecadação maior evita inflação

O aumento da arrecadação do governo no primeiro quadrimestre de 2011 foi fundamental para a economia crescer no ritmo adequado e sem pressões inflacionárias capazes de comprometer a meta fiscal. A avaliação foi feita pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o cumprimento das metas fiscais do governo.

Nos quatro primeiros meses deste ano, o governo federal obteve superávit primário de R\$ 40,7 bilhões, superando em R\$ 17,8 bilhões a meta do período. A tendência de crescimento na arrecadação será mantida nos próximos meses, sendo que a meta fiscal de 2011 é de R\$ 81,76 bilhões.

Para o secretário do Tesouro, o sucesso na arrecadação fiscal também contribuiu para a estabilidade da política monetária e continuará ajudando a evitar o recrudescimento do processo inflacionário.

A dívida pública federal, por sua vez, atinge R\$ 1,754 trilhão, ou 39,85% do produto interno bruto (PIB).

Arno Augustin explicou ainda que os aportes financeiros da União no BNDES, criticados pelos deputados na reunião, favorecem a aquisição de bens

de capital e contribuem para o fortalecimento da indústria nacional.

Os parlamentares também ressaltaram para o secretário o contraste entre o aumento na arrecadação e a retenção dos valores previstos em emendas parlamentares contidas nos restos a pagar dos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Arno Augustin reiterou estimativa que prevê cancelamento de aproximadamente R\$ 10 bilhões em obras não iniciadas inscritas nos restos a pagar, confirmando que somente serão pagos os empenhos de obras já iniciadas.

Casildo condena carga tributária e pede mais eficiência



O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a redução da carga tributária e o aumento

da eficiência do gasto público, com a elevação da parcela do produto interno bruto (PIB) destinada aos investimentos, especialmente em infraestrutura. Desta forma, disse, o país terá um forte incremento na atividade econômica, com geração de empregos.

Segundo Casildo, os impostos correspondem a 35% do PIB no Brasil, o que representa uma arrecadação total de R\$ 1,29 trilhão, valor que se assemelharia ao de países desenvolvidos. Aqui, entretanto, o setor de bens e serviços, em sua opinião, ficaria sobrecarregado.

Lindbergh celebra medidas para conter inflação



O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou ontem a presidente Dilma Rousseff e a equipe eco-

nômica do governo por adotar medidas para conter a inflação. Segundo ele, houve acerto nas decisões e o maior desafio do atual governo nos primeiros meses de gestão foi enfrentado com cautela, sem derrubar a produção econômica.

– Estou convencido que, se tivéssemos cedido ao apelo de alguns, de aumentar a taxa Selic, estaríamos agora discutindo uma situação difícil para nossa economia – afirmou Lindbergh, para quem a prudência e o gradualismo nas medidas permitiram que a inflação começasse a cair.

Miranda pede esforço para o Entorno do DF



Cyro Miranda (PSDB-GO) fez ontem um alerta sobre a situação do Entorno do Distrito Federal, que

hoje enfrenta sérios problemas sociais e de desenvolvimento urbano. Para o senador, a solução para a região não depende apenas de Goiás, e sim de um esforço conjunto dos governos do estado, do Distrito Federal e também da União.

Cyro Miranda relacionou as obras e ações iniciadas pelo governo de Goiás para melhorar as condições de vida dos habitantes do Entorno, que, junto ao Distrito Federal, abriga hoje mais de 2,5 milhões de habitantes. Ele cobrou esforço conjunto com o governo do DF e o federal.